

Plano Estratégico Nacional - PENSAARP 2030 - Volume 1 - Referências ao Setor Privado

Artigo	Página	Referência			
Quadro 2.1: Antecedentes do PENSAARP 2030 no período de 1993 a 2020					
		Período	Instrumento estratégico	Governos	Enfoques principais
2,2	15	1993-1999	A primeira fase da estratégia não teve um instrumento de planeamento específico, mas foi materializada na profunda revisão legislativa então efetuada. Foram elaborados inventários do setor, o Inventário Nacional de Saneamento Básico (INSB/94) e o Inventário Nacional de Saneamento Básico (INSB/98).	Abrangeu três Governos, do XII ao XIV Governos Constitucionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Separação do mercado em alta e baixa. ▪ Constituição dos sistemas multimunicipais de titularidade estatal de primeira geração, cobrindo, em geral, o litoral do País. ▪ Criação do regulador dos serviços. ▪ Abertura da gestão dos serviços a privados.
Quadro 2.5: Pontos fortes e fracos da implementação do PENSAAR 2020					
		Origem	Pontos fortes (+)	Pontos fracos (-)	
2,3	18	<i>Midterm review (MTR) of PENSAAR 2020 (Banco Mundial, 2019)</i>	<p>Progresso notável derivado da revolução implementada no setor, baseada em quatro grandes reformas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agregação de serviços em alta e criação de prestadores de serviços municipais com autonomia. ▪ Participação do setor privado na forma de concessões municipais. ▪ Estabelecimento de uma agência reguladora. ▪ Planeamento setorial abrangente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa adesão aos sistemas (embora a cobertura nacional seja boa). ▪ Gestão ineficiente de ativos. ▪ Necessidades elevadas de reabilitação para os próximos anos. ▪ Recuperação insuficiente de gastos reais em muitas entidades gestoras. ▪ Necessidade de otimização e/ou redução de despesas operacionais. ▪ Não inclusão do serviço de águas pluviais. ▪ Persistente ineficiência de pequenas entidades gestoras. 	

- Falta de comprometimento dos municípios com o plano.
- Dificuldade de revisão da estratégia devido ao grande número de objetivos, medidas e ações.
- Pouca clareza na interpretação e nas consequências do relatório GAG.
- Inconsequência dos alertas para os desvios entre resultados e metas.
- Ausência de informação e indicadores macro e micro financeiros no relatório.

2,4

19

Deve, por isso, existir uma estratégia governamental, traduzida num novo plano estratégico, capaz de coordenar melhor e com mais convicção os meios à disposição do Estado central e local e as atividades privadas para a concretização destes objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados, que constituem metas coletivas, incluindo, entre outras, um conjunto de decisões e medidas aos níveis nacional, regional e municipal, em benefício da sociedade.

5,3

36

Estruturação e governança

Esta componente define a titularidade e os modelos de governo dos serviços passíveis de serem utilizados, por exemplo, gestão direta, delegada e concessionada, definindo a participação do Estado central, dos municípios e do setor privado.

5,6

41

Instrumentos de estruturação, governança, mercado e concorrência

Pouca clareza nos espaços de intervenção pública e privada e falta de confiança dos agentes económicos

6,5

50

Pretende-se uma consolidação das entidades gestoras de titularidade estatal e da sua *holding* e das entidades gestoras de titularidade municipal, **com a clarificação do espaço do setor privado**, bem como a redefinição do âmbito de serviço público no setor, por forma a integrar a população que atualmente tem soluções próprias.

M1. Valorização empresarial e económica do setor no mercado externo

7,5

77

Consiste na valorização empresarial e económica do *cluster* português da água, reforçando a imagem e a competitividade nos mercados internacionais, **numa articulação estratégica de internacionalização concertada entre o Estado e os atores públicos e privados do setor.**